

1 Apresentação

O primeiro livro que li do geógrafo Milton Santos foi “Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal”, creio que no ano de 2003. Impressionou-me a capacidade de sistematização das tantas escalas de seu pensamento, do local ao global, deste para o local, elaborado dentro de um sistema epistemológico fortemente calcado na ciência filosófica, no profundo conhecimento dos processos históricos de produção e de apropriação de capital que o espaço congrega, assim como a sua extrema coragem para expor compreensões que desestruturam os “intocáveis” paradigmas do desenvolvimento.

Mas, muito além de perceber a sua capacidade intelectual, já então largamente reconhecida mundialmente, fui contagiada por sua doce liderança cujas palavras são banhadas pelas forças capazes da transformação do *status quo*. Pareciam dizer-me: “FAÇA”!

Graduada em Direito e com carreira na área de Direito Tributário e atuante da área de recursos naturais, e então iniciante na área de Direito Ambiental, compreendi a transformação estrutural que o pensamento geográfico é capaz de promover, justamente, creio, pela coragem na escolha de seu objeto, o espaço, tão amplo e complexo que, por isto mesmo, resiste à constante imposição de segmentação dos demais diversos saberes científicos. Desafiada, portanto, por esta complexidade, deparei-me com a Metamorfose do Espaço Habitado, escrito de Milton Santos que nos leva à experimentação do espaço como fruto do “movimento da produção”. Estes frutos constituem-se num conjunto de objetos que servem de intermediários às relações que sobre estes se realizam.

Ora, se advogada de Direito Ambiental que sou, e, portanto, conhecedora dos instrumentos político-jurídicos que, se aplicados sobre os objetos do espaço, possivelmente são capazes de alterar as relações que sobre eles se estabelecem, nada mais natural a escolha de um estudo que tratasse da concepção de formas espaciais pelo poder público.

A percepção subjetiva que alimenta a intencionalidade da escolha de um estudo para o planejamento do “Sistema de Áreas Verdes” que possa vir a constituir, no futuro, um corredor ecológico em Nova Iguaçu, advém da minha

história de vida, em grande parte regida pela adoração às florestas ombrófilas densas do Rio de Janeiro e de Teresópolis e pelas recordações dos finais de semana na casa dos tios em Jardim América, bairro que fica às margens da emblemática Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, área entremeada por morrotes e baixada alagável, onde os objetos espaciais das imigrações populacionais são revelados, dentre outros, em formas de quintais.

Somem-se a estes fatores, a mudança de moradia da minha mãe, já em minha idade adulta, para uma área de lagoas costeiras, em que predomina o contato entre a restinga e a floresta ombrófila rasa, onde o desmatamento galopante tem dificultado a chegada dos micos ao seu quintal. Portanto, também nada mais natural do que a escolha de um objeto de estudo que me propiciasse compreender as interações entre as dinâmicas ecossistêmicas costeira, de baixada e de montanhas, tão presentes do Estado do Rio de Janeiro.

Já o tema específico deste trabalho, o planejamento do “Sistema de Áreas Verdes” para a formação de um corredor ecológico em Nova Iguaçu, surgiu da apreensão que a ecologia da paisagem faz da funcionalidade dos objetos espaciais chamados “naturais” -- os fragmentos florestais remanescentes -- e das ações de perturbações e de distúrbios naturais e antrópicos que sofrem esses objetos, o que me fez ver a importância de identificar as possíveis ações político-jurídicas que determinem a concepção de formas espaciais que possuam a funcionalidade de restauração das condições ecossistêmicas dos e entre esses objetos.

Este estudo é, assim, o resultado da utilização da técnica da intencionalidade-ação-objeto utilizada por Milton Santos em a Natureza do Espaço para a compreensão da complexidade espacial, técnicas de restauração de ecossistemas florestais da Ecologia da Paisagem, técnicas de geoprocessamento e técnicas dos ramos do Direito Urbanístico, Ambiental, Financeiro e Administrativo para promover a ação de planejamento que possa vir auxiliar o poder público municipal a conceber novos objetos espaciais, dotados da forma do “Sistema de Áreas Verdes”, com a possibilidade futura de ser estabelecido o conteúdo de corredor ecológico.

Eu, em verdade, só escolhi a área. O Milton Santos já tinha feito o resto para mim.